

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO**

Patrícia de Amorim Floriano

**A ESTABILIDADE FINANCEIRA IMPACTA O NÍVEL DE ALFABETIZAÇÃO
FINANCEIRA DOS INDIVÍDUOS?**

Florianópolis

2019

Patrícia de Amorim Floriano

**A ESTABILIDADE FINANCEIRA IMPACTA O NÍVEL DE ALFABETIZAÇÃO
FINANCEIRA DOS INDIVÍDUOS?**

Trabalho de Curso apresentado à disciplina CAD 7305 como
requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em
Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina.
Enfoque: Monográfico – Artigo
Área de concentração: Finanças
Orientador(a): Prof. Dr. Ani Caroline Potrich

Florianópolis

2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Floriano, Patrícia de Amorim
A estabilidade financeira impacta o nível de
alfabetização financeira dos indivíduos? / Patrícia de Amorim
Floriano ; orientadora, Ani Caroline Grigion Potrich, 2019.
42 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio
Econômico, Graduação em Administração, Florianópolis, 2019.

Inclui referências.

1. Administração. 2. Alfabetização financeira. 3.
Propensão ao endividamento. 4. Bem-estar financeiro. 5.
Estabilidade financeira. I. Potrich, Ani Caroline Grigion.
II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em
Administração. III. Título.

Patrícia de Amorim Floriano

A ESTABILIDADE FINANCEIRA IMPACTA O NÍVEL DE ALFABETIZAÇÃO FINANCEIRA DOS INDIVÍDUOS?

Este Trabalho de Curso foi julgado adequado e aprovado na sua forma final pela Coordenadoria Trabalho de Curso do Departamento de Ciências da Administração da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 26 de junho de 2019.

Prof^ª. Márcia Barros de Sales, Dra.
Coordenadora de Trabalho de Curso

Avaliadores:

Prof^ª. Ani Caroline Grigion Potrich, Dra.
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Marcus Vinícius Andrade de Lima, Dr.
Avaliador
Universidade Federal de Santa Catarina

Doutoranda Ana Luiza Paraboni
Avaliadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Ao meu avô, João Juvenal
de Amorim.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus e ao meu São Jorge, por sempre iluminarem meu caminho, me ajudando nos momentos mais difíceis.

Aos meus pais, Evaldo e Leda, por sempre acreditarem em mim. Sem eles, nada disso seria possível. Nunca conseguirei retribuir o amor, apoio e educação que sempre me proporcionaram.

À minha irmã Simone, meu maior exemplo, por trilhar uma jornada profissional fantástica na qual sempre me espelho. Também sou grata a ela pela amizade que construímos e por todo o apoio e incentivo que me oferece.

À toda minha família, pelos bons momentos compartilhados e por serem infinitamente especiais para mim.

À melhor professora do CAD, Ani Caroline Potrich, por ter aceitado o convite para ser minha orientadora e ter desempenhado essa função com maestria. Sou imensamente grata pela paciência e pelos incontáveis auxílios a mim concedidos.

Aos grandes amigos que fiz durante a graduação, em especial, minhas amigas Bárbara Zen, Isabela Berger, Luise Lago e Marina Miranda, que estiveram comigo em todos os momentos, compartilhando as alegrias, conquistas e tristezas. Cada uma delas tem um grande espaço no meu coração. E também ao meu amigo Gabriel Faustino, por sempre me fazer enxergar as coisas da maneira mais positiva possível e por nunca ter desistido da nossa amizade.

Aos professores do Departamento de Administração da UFSC, pelos ensinamentos transmitidos ao longo do curso, e também a todos os grandes professores que tive a oportunidade de ter durante minha trajetória.

Ao meu cachorro Peposo, meu anjinho da guarda, pela amizade e companheirismo durante muitos anos da minha vida.

E a todos que, de alguma forma, me ajudaram a tornar esse sonho realidade, meus sinceros agradecimentos.

O sucesso nasce do querer, da determinação e persistência em se chegar a um objetivo. Mesmo não atingindo o alvo, quem busca e vence obstáculos, no mínimo fará coisas admiráveis.

(José de Alencar)

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo analisar a influência da estabilidade financeira na alfabetização financeira dos indivíduos. Para isso, foram coletadas, através de uma pesquisa *survey* com 294 indivíduos, respostas em instituições públicas e em empresas do setor privado de Florianópolis. O instrumento de coleta de dados foi um questionário que continha 44 questões, divididas em oito blocos: perguntas relacionadas ao perfil do respondente, ao uso do crédito, estabilidade, bem-estar financeiro, atitude financeira, comportamento financeiro, conhecimento financeiro e propensão ao endividamento. Os resultados demonstraram que a estabilidade financeira oriunda da ocupação dos servidores públicos impactou positivamente nos níveis de alfabetização financeira desses indivíduos. Além disso, concluiu-se que existe uma diferença significativa entre os dois grupos no que tange ao bem-estar financeiro, sendo que os servidores possuem melhor média em relação aos assalariados, da mesma forma que a alfabetização financeira. Por fim, em relação ao endividamento, não existe diferença significativa entre os resultados encontrados, mas ambos os grupos demonstraram possuir baixa propensão.

Palavras-chave: Estabilidade. Alfabetização financeira. Servidores públicos. Empregados assalariados.

ABSTRACT

This study had as its objective analyze the influence of financial stability in financial literacy of individuals. For it, were collected, through a *survey* with 294 individuals, answers in public institutions and in private sector companies of Florianópolis. The chosen data collection instrument was a questionnaire that contained 44 questions, divided into eight blocks: questions related to the respondent's profile, use of credit, stability, financial well-being, financial attitude, financial behavior, financial knowledge and propensity to indebtedness. The results showed the stability from occupation of public servants positively impacted in the financial literacy levels of these individuals. Besides that, it was concluded that there's a significant difference between this two groups in terms of financial well-being, and that the public servants have a better average in relation to the employees, in the same way as financial literacy. Therefore, regarding the indebtedness, there is no significant difference between the results found, but both groups showed low propensity.

Keywords: Stability. Financial literacy. Public servants. Employees.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, vive-se um cenário preocupante quanto ao endividamento da população. Segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), divulgada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC, 2019), o percentual de famílias que relataram ter dívidas com cartão de crédito, cheque especial, empréstimo pessoal, dentre outros, alcançou 62,7% em abril de 2019. Essa situação se mostra ainda mais alarmante em Florianópolis, capital que por três anos consecutivos, vem sendo eleita vice-líder em endividamento no Brasil, e que em 2017 possuía, em termos absolutos, 144 mil famílias endividadas (DIÁRIO CATARINENSE, 2017). Diante dessa conjuntura, vários estudos vêm sendo feitos na área de finanças buscando evidenciar fatores que influenciam no endividamento.

Dentre os fatores que atuam como antecedentes na propensão ao endividamento, está a alfabetização financeira (POTRICH, 2016). Entende-se que pessoas mais alfabetizadas financeiramente, tendem a ser menos propensas ao endividamento. Nesse sentido, no atual cenário brasileiro, acredita-se que haja uma ampla parcela da população com baixo nível de alfabetização financeira, já que se vive um quadro marcado por altos índices de endividamento (DONADIO; CAMPANARIO; RANGEL, 2012).

O conceito de alfabetização financeira remete à ideia de duas dimensões: compreensão, ou seja, o conhecimento de finanças pessoais, e o uso, no qual há a aplicação propriamente dita desse conhecimento (HUSTON, 2010). Da mesma forma, a *Organisation for Economic Co-operation and Development* (OECD), instituição que pesquisa o tema mundialmente, defende que a alfabetização financeira inclui o entendimento dos conceitos e riscos financeiros, como também as habilidades, motivação e confiança para aplicar esse conhecimento de forma que se tomem decisões eficazes (OECD, 2013b).

A alfabetização financeira, que está vinculada à ideia de endividamento, também se caracteriza como condição prévia para melhorar o bem-estar financeiro das pessoas (OECD, 2013b). O conceito de bem-estar financeiro (BEF), simplificado, pode ser entendido como um estado no qual um indivíduo está em dia com suas obrigações financeiras e, ao mesmo tempo, se sente seguro em relação ao seu futuro financeiro (CFPB, 2015).

Outro fator que está relacionado ao endividamento é a ocupação, já que ela influencia o padrão de consumo dos indivíduos e suas decisões de compra (KOTLER; KELLER, 2006). Entende-se que conforme o cargo e função que a pessoa exerce, ela poderá se comportar de maneira diferente no âmbito financeiro. Logo, servidores públicos e empregados assalariados tendem a ter condutas financeiras distintas.

Considera-se servidor público, de acordo com o artigo 2º da Lei nº 8112, de 11 de dezembro de 1990, a pessoa legalmente investida em cargo público; podendo-o exercer em caráter efetivo, quando se tratar de cargo isolado de provimento efetivo ou de carreira, ou em caráter comissionado, para cargos de confiança. Para os servidores de caráter efetivo, é garantida a estabilidade após três anos de exercício, período chamado de estágio probatório (BRASIL, 1990). Já empregados assalariados, segundo o artigo 3º da CLT, podem ser entendidos como aqueles que prestam serviços de natureza não eventual a um empregador, sob dependência deste e mediante salário (BRASIL, 1943). Ao contrário dos servidores públicos, os assalariados não possuem estabilidade no exercício de seus cargos.

Por um lado, autores como Guimarães (2015) afirmam que aqueles que possuem estabilidade no emprego, como servidores, apresentam um comportamento financeiramente mais eficiente do que aqueles que não têm a mesma condição empregatícia, se endividando menos. Complementando a mesma visão, Claudino et al. (2009), concluem em sua pesquisa que a maior parte dos servidores está pouco endividada. Já, por outro lado, autores como Zanichelli e Medeiros (2017) afirmam que houve um aumento no índice de inadimplência dos servidores, principalmente por eles aumentarem consideravelmente suas procuras por novas linhas de crédito, comprometendo seus salários.

Nesse contexto, e tendo em vista o que foi exposto, a presente pesquisa, tem como intuito identificar se a estabilidade financeira impacta a alfabetização financeira dos indivíduos, além de analisar as diferenças existentes na propensão ao endividamento e no bem-estar financeiros de empregados assalariados e servidores públicos. Quanto à motivação para a realização da mesma, pode-se dizer que está relacionada com a carência de estudos que relacionem a estabilidade com fatores como a alfabetização financeira, endividamento e o bem-estar financeiro.

Além disso, levando em consideração que atualmente no Brasil vive-se um contexto marcado por graves situações de endividamento, preocupar-se com a alfabetização financeira e com o bem-estar financeiro da população ganha cada vez mais importância. Nesse sentido, é relevante que estudos tratem sobre a alfabetização financeira, já que ela é importante para países com economia emergente (AGARWALLA *et al.*, 2013) e também serve como ferramenta na tomada de decisões financeiras (FATOKI; ONI, 2014).

Da mesma forma, entender quais fatores colaboram no aumento do nível de bem-estar financeiro da população torna-se útil, para que as pessoas busquem melhores alternativas para administrar os seus recursos e atentem-se para os fatores que apresentem maior influência sobre as suas finanças e o consequente bem-estar financeiro (VIEIRA *et al.*, 2016).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo, através de cinco tópicos, apresenta-se o referencial teórico que sustenta esta pesquisa. Os três primeiros versam, respectivamente, sobre alfabetização financeira, endividamento e bem-estar financeiro, apresentando os conceitos, bem como a importância desses temas. O quarto tópico, por sua vez, faz uma relação entre esses três construtos, e por fim, o quinto tópico aborda sobre a estabilidade.

2.1 ALFABETIZAÇÃO FINANCEIRA

O termo alfabetização financeira, em inglês *financial literacy*, por se tratar de um conceito amplo, que abarca diferentes dimensões, é definido de maneira diversa por muitos autores, que evidenciam em seus estudos aquelas que julgam mais importantes. Para Atkinson e Messy (2012), a alfabetização financeira engloba o conhecimento financeiro, o comportamento financeiro e a atitude financeira. Já para Robb *et al.* (2012), a alfabetização está relacionada com a capacidade de compreender a informação financeira, e a partir dela, ser capaz de tomar decisões financeiras eficazes.

Muitas das definições do termo se enquadram em cinco categorias: conhecimento de conceitos financeiros, capacidade de comunicar conceitos financeiros, aptidão para administrar finanças pessoais, habilidade em tomar decisões financeiras apropriadas e confiança em planejar eficazmente as necessidades financeiras futuras. Todavia, ainda que existam cinco categorias já identificadas e articuladas, vários acadêmicos e programas tentam ampliar a definição conceitual da alfabetização financeira para incluir outras dimensões (REMUND, 2010).

Ainda em relação à definição e ao discernimento da alfabetização financeira, vale salientar que apesar de existirem diferentes maneiras de se definir o termo, ele não é sinônimo de educação ou conhecimento financeiro. Utilizá-lo com essa denotação pode gerar problemas, pois esses dois construtos são conceitualmente diferentes. A alfabetização é uma concepção mais ampla, vai além da educação financeira (POTRICH, 2014).

Devido às circunstâncias financeiras cada vez mais complexas, a alfabetização financeira vem se tornando uma habilidade essencial para os indivíduos (POTRICH; VIEIRA; KIRCH, 2015). Kefela (2010) corrobora com essa visão reforçando que a alfabetização financeira se tornou não apenas uma conveniência, mas uma ferramenta de sobrevivência

essencial, uma vez que a falta de conhecimento financeiro pode contribuir para escolhas prejudiciais tanto para indivíduos, quanto comunidades.

Lusardi e Mitchell (2011) complementam sobre a relevância da alfabetização afirmando que, conforme trabalhos anteriores demonstram, os menos alfabetizados financeiramente participam menos no mercado de ações, acumulam menos riqueza para aposentadoria, escolhem fundos mútuos com taxas mais caras, etc. Enquanto, por outro lado, indivíduos mais alfabetizados possuem maior competência para tomar decisões financeiras responsáveis. Isto é, aqueles que possuem maior nível de alfabetização financeira planejam de forma mais acertada suas ações financeiras, com o objetivo de manter seu bem-estar financeiro (AMADEU, 2009).

2.2 BEM-ESTAR FINANCEIRO

O bem-estar financeiro (BEF) pode ser entendido como um estado no qual um indivíduo pode cumprir plenamente as suas obrigações financeiras atuais e em curso, pode sentir-se seguro com suas finanças futuras, e também ser capaz de fazer escolhas que o permitam aproveitar a vida (CFPB, 2015). Já conforme Delafrooz e Paim (2011), bem-estar financeiro pode ser conceituado como um nível de saúde financeira. Inclui satisfação com aspectos materiais e não materiais da sua situação financeira, percepção de estabilidade, incluindo a adequação dos recursos financeiros, e a quantidade objetiva de material e não material e recursos financeiros que cada indivíduo possui.

Outros autores também conceituam o termo. Para Hayhoe e Wilhelm (1998), BEF pode ser entendido como o resultado entre a situação financeira desejada e a situação financeira real. Já Joo (2008) entende que o termo representa o estado de saúde e felicidade financeira, assim como também indica o fato de se estar ausente de preocupações no âmbito econômico.

Muitos são os fatores que influenciam no bem-estar financeiro de uma pessoa. Segundo uma pesquisa realizada na Austrália, dentre os mais fortes influenciadores, estão: a capacidade financeira, inclusão financeira, capital social, renda e saúde. A capacidade financeira, neste caso, envolve uma combinação de conhecimento, atitudes, decisões e comportamentos financeiros. A inclusão traz a ideia de se ter acesso a serviços e produtos financeiros adequados. Capital social versa sobre a importância do apoio de amigos e familiares durante períodos de estresse financeiro. A renda, por sua vez, é um dos elementos fundamentais para moldar o bem-estar. Por fim, a saúde, tanto física quanto mental também afeta o equilíbrio do indivíduo e, conseqüentemente, seu bem-estar financeiro (MUIR *et al.*, 2017). Outros estudos também

fazem o levantamento desses fatores, como Fraga *et al.* (2018) que apresenta uma síntese da influência dos aspectos socioeconômicos e demográficos sobre o bem-estar financeiro.

Por fim, no que tange à importância da temática, Diniz (2013) coloca que estudar o bem-estar financeiro torna-se imprescindível na sociedade atual, diante da diversidade de produtos financeiros existentes; dos hábitos de consumo; dos comportamentos financeiros disfuncionais e também pela possibilidade de identificação de perfis e necessidades individuais na gestão financeira pessoal. De forma mais global, pode-se dizer também que o crescimento dos níveis de endividamento e a consequente redução do bem-estar financeiro dos indivíduos, podem levar a uma redução da atividade econômica e do poder de compra, o que impacta no mercado financeiro, no gerenciamento de risco de crédito e nos níveis de investimento e financiamento das empresas (VIEIRA *et al.* , 2016).

2.3 ENDIVIDAMENTO

Segundo o Observatório de Endividamento dos Consumidores da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (2002), endividamento pode ser entendido como sendo um saldo devedor que determinado indivíduo assume, e que é resultado de uma ou mais dívidas, normalmente associadas a compromissos de crédito, como crédito para aquisição de bens e serviços de crédito destinado à habitação. Ou sob outra perspectiva, endividamento é a situação na qual o indivíduo passa a dever uma quantia monetária, dívida, a um terceiro. Quando se fala de dívidas, é importante também entender o conceito de sobreendividamento, que conforme Frade *et al.* (2008) definem, é quando, por uma incapacidade estrutural ou duradoura, o consumidor não consegue pagar o conjunto de suas dívidas. Na mesma linha, Zerrenner (2007) entende o termo como a situação em que o devedor se encontra impossibilitado de honrar os seus compromissos financeiros.

Conforme a literatura, muitas são as causas que levam uma pessoa a endividar-se. Carvalho (2016), em seu estudo, levanta que o endividamento pode ser impulsionado por fatores comportamentais, como educação financeira, consumo compulsivo e materialismo, mas também por fatores externos aos indivíduos, como o contexto econômico sobre o qual estão submetidos. Outros fatores que também influenciam na propensão endividamento, por exemplo, são fatores socioeconômicos e demográficos, como idade, estado civil, renda, dentre outros. Entende-se, em suma, que o endividamento é influenciado por múltiplos fatores, como econômicos, sociais, psicológicos e comportamentais (REIS; MATSUMOTO; BARRETO, 2013).

Nos últimos anos, principalmente no cenário brasileiro, o endividamento da população tem crescido intensamente. De acordo com a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), realizada em abril de 2019, o percentual de famílias que relataram ter dívidas entre cheque pré-datado, cartão de crédito, cheque especial, carnê de loja, empréstimo pessoal, prestação de carro e seguro alcançou 62,7% em abril de 2019, revelando um aumento em relação aos 62,4% observados em março de 2019 (CNC, 2019). Outra pesquisa, realizada pelo Banco Central (Bacen, 2014) identificou que dentre as diversas motivações que corroboram para o brasileiro endividar-se, encontram-se: o parcelamento excessivo, as compras por impulso, empréstimos e o uso de linhas de crédito de forma impulsiva e descontrolada.

Nesse cenário, a preocupação com o nível de endividamento da população é de suma importância, pois conforme Potrich *et al.* (2016) afirmam que o descontrole financeiro traz consequências como a marginalização e exclusão social, assim como doenças físicas e mentais, que no futuro podem além de agravar o nível de inadimplência no país, aumentar os gastos para atendimento psicológicos e de saúde pública. Nesse contexto, a alfabetização surge como uma das alternativas-chave para reduzir esse problema, uma vez que habilidade e conhecimento financeiro contribuem para melhorar a tomada de decisão financeira.

2.4 ALFABETIZAÇÃO, ENDIVIDAMENTO E BEM-ESTAR FINANCEIRO

Conforme a literatura evidencia, existe uma relação entre os três construtos citados, sendo eles: o grau de endividamento de um indivíduo, nível de alfabetização financeira e sensação de bem-estar financeiro. Primeiramente, em relação à alfabetização financeira e propensão ao endividamento, depreende-se que aqueles indivíduos que são mais alfabetizados financeiramente são menos predispostos a contrair dívidas, já que possuem maior entendimento dos riscos financeiros e tendem a assumir obrigações com menores custos (LUSARDI; TUFANO, 2009; DISNEY; GATHERGOOD, 2011).

Além disso, conforme Atkinson e Messy (2012), indivíduos financeiramente mais alfabetizados tendem a ter comportamentos financeiros mais adequados, além de serem mais aptos a realizarem um planejamento financeiro de longo prazo. Enquanto aqueles que têm menor conhecimento financeiro podem se submeter mais facilmente a dívidas excessivas, investimentos equivocados, empréstimos predatórios e outras práticas enganadoras (PINHEIRO, 2008).

Se por um lado, a alfabetização financeira estabelece uma relação negativa com a propensão ao endividamento, por outro, relaciona-se de forma positiva com a ideia de bem-

estar financeiro. Conforme a OECD (2013), quando uma pessoa melhora sua compreensão sobre os produtos financeiros, seus conceitos e riscos, e passa a desenvolver competências e confiança necessárias para a tomada de decisões, acaba aumentando sua sensação de segurança e de bem-estar financeiro. Além disso, segundo Greenspan (2002), o conhecimento financeiro pode ajudar as famílias a elaborar decisões estratégicas de investimento, iniciar planos de poupança, além de maximizar o bem-estar financeiro a longo prazo.

Outra ligação que pode ser feita entre esses construtos é em relação ao endividamento e o bem-estar financeiro dos indivíduos. Conforme Diniz *et al.* (2015) afirmam, um contexto marcado por altos índices de endividamento potencializa a redução do bem-estar financeiro da sociedade. Complementando essa visão, Keese e Schmitz (2011) apontam que o endividamento provoca estresse, promove aflição, gera problemas de saúde e também menor sensação de bem-estar financeiro.

Vários pesquisadores relacionam esses três construtos, tais como Vieira *et al.* (2016), que realizou um estudo com uma amostra de famílias do Rio Grande do Sul, com o objetivo de analisar a influência dos fatores comportamentais alfabetização financeira, atitude ao endividamento, gerenciamento financeiro e renda no bem-estar financeiro dos indivíduos. Dentre os principais resultados da pesquisa destaca-se que o bem-estar financeiro pode ser influenciado pelas variáveis comportamento financeiro, possuir dívidas, carnê de loja, poupança, nome ligado ao cadastro negativo, conta bancária, etc.; que um alto percentual de respondentes possuía dívidas e que uma grande parcela também possuía baixo nível de conhecimento financeiro. Além disso, o estudo coopera com a temática traçando um panorama do quão satisfeito os indivíduos estão com as suas finanças e o que influencia de forma mais significativa.

Outros estudos que podem ser mencionados são os que relacionam o endividamento com o bem-estar financeiro, tais como Campara, Vieira e Potrich (2017), que através de uma pesquisa com os beneficiários do Programa Bolsa Família residentes na Mesorregião Centro Ocidental Rio-Grandense, destacam que maiores níveis de endividamento, inadimplência e descontroles monetários são adversidades que minimizam o BEF. E também os que relacionam a alfabetização financeira e sua implicância no endividamento dos indivíduos, tais como Donadio, Campanario e Rangel (2012), que desenvolveram uma revisão bibliográfica na área; e tantos outros que relacionam a educação financeira e o endividamento, como Claudino *et al.* (2009) e Augusto (2016).

2.5 ESTABILIDADE

Conforme Flores, Vieira e Coronel (2013) pontuam, estudar os fatores que influenciam a propensão ao endividamento tem ganhado cada vez mais relevância, já que cada vez mais cresce o número de consumidores endividados no mercado. Dentre esses fatores que podem ser estudados está a estabilidade, que conforme o *caput* do art. 41 da Constituição, é conferida aos servidores nomeados em virtude de concurso público após dois anos de exercício efetivo (BRASIL, 1988). A estabilidade, portanto, é uma garantia constitucional de permanência no serviço público outorgada ao servidor que tenha sido nomeado por concurso em cargo efetivo e também transposto o estágio probatório (MEIRELLES, 1995). Essa estabilidade confere tanto a permanência no emprego, como uma garantia de remuneração na folha de pagamento.

Alguns autores, como Guimarães (2015), entendem que o fator estabilidade influencia positivamente o comportamento desses servidores enquanto consumidores. Em seu estudo, o autor destaca que aqueles que desfrutam da estabilidade apresentam um desempenho financeiro mais eficiente, planejam melhor o uso de seus recursos financeiros e seguem mais adequadamente as etapas do processo de tomada de decisão de compra quando comparados aos que não têm a mesma condição empregatícia. Além disso, esses indivíduos tendem a ter um perfil mais conservador, que faz com que sejam mais cautelosos quanto ao uso de seus recursos financeiros. Outro autor que compartilha da mesma visão é Claudino *et al.* (2009), que fez uma pesquisa com servidores técnico-administrativos da Universidade Federal de Viçosa e encontrou baixos níveis de endividamento entre sua amostra de agentes públicos.

Por outro lado, Souza (2015) afirma que em decorrência da estabilidade, os servidores possuem uma maior facilidade na obtenção de crédito, ampliando o poder de compra no presente, mas reduzindo-o no futuro dado o custo de cumprir com as suas obrigações de pagamento de sua dívida. Corroborando com esta compreensão, conforme Zanichelli e Medeiros (2017) as vastas oportunidades de obtenção de linhas de crédito favoreceram o comprometimento do salário dos servidores de forma desorganizada, fator que contribuiu para o aumento do grau de endividamento e inadimplência desse grupo.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A população alvo deste estudo compreendeu dois grupos distintos: servidores públicos e empregados assalariados do setor privado de Florianópolis. Nesse sentido, sabendo que

conforme o MTE (2013)¹, existem 95.470 mil servidores públicos e 182.271 empregados assalariados na capital, para um erro amostral de 9%, com 95% de confiança, a amostra mínima a ser atingida foi de 119 indivíduos para cada grupo.

Como instrumento de coleta de dados, foi utilizado um questionário estruturado com quarenta e quatro perguntas, divididas em oito blocos. O primeiro bloco apresentava oito questões referentes ao perfil dos respondentes. O segundo bloco continha quatro perguntas relacionadas ao uso do crédito, elaboradas pela autora. O terceiro bloco, composto por apenas uma pergunta, tratava da estabilidade e também foi elaborado pela autora. Já o quarto bloco, por sua vez, envolvia dez questões de bem-estar financeiro, baseadas na escala da OECD (2013b).

O quinto, sexto e sétimo blocos tratavam da alfabetização financeira, todos baseados em Potrich, Vieira e Kirch (2016). O quinto apresentava três questões referentes à atitude financeira, do tipo *likert* de cinco pontos (Concordo Totalmente (1) a Discordo Totalmente (5)). O sexto, composto por cinco questões, era referente ao comportamento financeiro, também do tipo *likert* de cinco pontos, variando de Nunca (1) a Sempre (5). Já o sétimo envolvia treze questões de múltipla escolha, com apenas uma alternativa correta, de conhecimento financeiro, sendo oito de conhecimento financeiro básico e cinco de conhecimento financeiro avançado. Por fim, o oitavo bloco apresentava uma questão a fim de mensurar a propensão ao endividamento, baseada em Potrich *et al.* (2016).

Para a análise dos dados, foram utilizados o Microsoft Excel e o *software Statistical Package for Social Sciences* (SPSS). Primeiramente, calculou-se a média, mediana e desvio padrão, além de analisar a frequência e o percentual de resposta em cada alternativa separada por servidor e empregado assalariado. Em seguida, a fim de verificar se há diferença significativa entre os grupos, aplicou-se o teste de diferenças de média (Teste *t*) e por fim, com o intuito de atingir o objetivo geral do estudo, foi estimado um modelo de Regressão Linear Simples. A Equação 1 apresenta a equação genérica da estimação realizada:

$$y_i = \beta_0 + \beta_1 G_{1i} + \varepsilon_i \quad (1)$$

onde y_i representa o nível de alfabetização financeira; G_1 corresponde a variável *dummy* Estabilidade em que $G_1 = 0$ representa o indivíduo empregado assalariado e $G_1 = 1$ representa o indivíduo funcionário público e que detém estabilidade financeira e ε_i representa o termo de

¹ Dado retirado da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS realizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) em 2013.

erro do modelo. Sendo que após a estimação do modelo, foram investigados os quatro pressupostos básicos de modelo de Regressão Linear: homocedasticidade, multicolinearidade, autocorrelação e normalidade dos resíduos (FÁVERO; BELFIORE, 2017).

4 ANÁLISE DE DADOS

Esta seção tem como intuito fazer uma síntese dos principais resultados encontrados com a realização desta pesquisa, estabelecendo sempre uma comparação entre os dois grupos pesquisados, a fim de ressaltar as diferenças e as semelhanças entre eles. Para a coleta de dados, foi calculada a amostra de servidores públicos e de empregados assalariados com base na população de cada grupo existente em Florianópolis. O início das coletas ocorreu no fim do mês de março e estendeu-se até o começo do mês de maio de 2019, sendo coletadas 294 respostas válidas, que foram respondidas de forma presencial e também através de questionário online.

Dentre as 294 respostas válidas coletadas, 146 representam o grupo de empregados assalariados, o que equivale a 49,70% dos pesquisados e as outras 148 respostas representam o grupo de servidores públicos, representando 50,30% da amostra total. Sendo assim, apresentada a distribuição da amostra, abaixo serão detalhadas mais informações em relação ao perfil dos respondentes, buscando caracterizá-los através de algumas variáveis, como gênero, estado civil, escolaridade e renda (Tabela 1).

Tabela 1: Perfil dos respondentes através das variáveis: gênero, estado civil, escolaridade e renda

Variável	Alternativas	Empregados assalariados		Servidores públicos	
		Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
Gênero	Masculino	64	43,80%	71	48,00%
	Feminino	82	56,20%	77	52,00%
Estado Civil	Solteiro(a)	94	64,40%	46	31,10%
	Casado(a) / União Estável	45	30,80%	87	58,80%
	Separado(a) / Divorciado(a)	7	4,80%	15	10,10%
	Viúvo(a)	-	-	-	-
Escolaridade	Ensino Fundamental Incompleto	2	1,40%	-	-
	Ensino Fundamental Completo	-	-	-	-
	Ensino Médio Incompleto	1	0,70%	1	0,70%
	Ensino Médio Completo	13	8,90%	7	4,70%
	Ensino Superior Incompleto	35	24,00%	4	2,70%

Tabela 1: Perfil dos respondentes através das variáveis: gênero, estado civil, escolaridade e renda

Variável	Alternativas	(conclusão)			
		Empregados assalariados		Servidores públicos	
		Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
Escolaridade	Ensino Superior Completo	68	46,60%	49	33,10%
	Especialização/MBA	19	13,00%	55	37,20%
	Mestrado / Doutorado / Pós-Doc.	8	5,50%	32	21,60%
Renda	Até R\$ 998,00.	5	3,40%	-	-
	Entre R\$ 998,01 e R\$ 1.996,00	27	18,50%	1	0,70%
	Entre R\$ 1.996,01 e R\$ 2.994,00.	42	28,80%	14	9,50%
	Entre R\$ 2.994,01 e R\$ 4.990,00.	44	30,10%	42	28,40%
	Entre R\$ 4.990,01 e R\$ 9980,00.	21	14,40%	68	46,00%
	Entre R\$ 9.980,01 e R\$ 14.970,00.	2	1,40%	22	14,90%
	Mais de R\$ 14.970,01.	5	3,40%	1	0,70%

Fonte: Elaborada pela autora.

Com base na Tabela 1, percebe-se que existe uma predominância de respondentes do sexo feminino, tanto no grupo de empregados assalariados (56,20%), quanto no grupo de servidores públicos (52,00%). Por sua vez, no que tange ao estado civil, há uma diferença entre esses dois grupos, já que nos assalariados a grande parte dos indivíduos (64,40%) encontra-se solteiro, enquanto nos servidores públicos a maior parte encontra-se casado ou com uma união estável (58,80%).

Em relação ao nível de escolaridade dos respondentes, pode-se dizer que é bastante alto em ambos, pelo fato das respostas ficarem concentradas entre “Ensino Superior Completo”, “Especialização/MBA” e “Mestrado/Doutorado/Pós-Doutorado”. Porém notam-se algumas disparidades, como por exemplo, a alta incidência de respondentes com ensino superior incompleto nos assalariados (24,00%) em relação aos servidores públicos (2,70%) e a alta frequência de respondentes com mestrado, doutorado ou pós-doutorado, que nos servidores foi bem superior aos empregados assalariados, sendo os percentuais de 21,60% e 5,50%, respectivamente. Tal fato pode ser justificado pelo incentivo salarial que os servidores públicos possuem ao aumentarem o seu grau de titulação.

Ainda na caracterização dos respondentes, levando-se em consideração o aspecto rendimento, nota-se que, no grupo dos servidores, as respostas ficaram concentradas em duas faixas de renda. Isto é, enquanto 46% dos indivíduos afirmaram receber entre R\$ 4.990,01 e R\$ 9.980,00, outros 28,40% recebem entre R\$ 2.994,01 e R\$ 4.990,00. Em contrapartida, no grupo dos empregados assalariados, houve três faixas salariais com grande índice de respostas, sendo

elas: entre R\$ 998,01 e R\$ 1.996,00 com um percentual de 18,50%; entre R\$ 1.996,01 e R\$ 2.994,00 com um total de 28,80%, e por fim, entre R\$ 2.994,01 e R\$ 4.990,00 com 30,10% das respostas. Nesse sentido, percebe-se que a amostra dos servidores possui maior poder aquisitivo em relação à amostra dos empregados assalariados.

Outros aspectos que podem ser mencionados e que não constam na tabela de perfil apresentada, mas ajudam a caracterizar a amostra, são variáveis como a idade média dos grupos pesquisados. Encontrou-se que dentre os assalariados a média de idade foi de 29,86 anos e de 38,56 anos dentre os servidores. Já em relação aos cargos desempenhados pelos mesmos, pode-se dizer que demonstraram ser bem variados, ainda que alguns deles tenham se destacado por apresentarem uma ocorrência mais representativa, como foram os casos dos cargos de: analista (18,00%), assistente administrativo (14,96%), técnico (7,48%), gerente/diretor (5,10%), administrador (5,10%), vendedor (4,76%) e programador/desenvolvedor (4,42%). Além disso, notou-se que, em média, os empregados assalariados estão há 3 anos e 6 meses em seus cargos, enquanto os servidores públicos apresentam uma média de 9 anos e 9 meses na profissão.

Delineado o perfil, procurou-se investigar se os respondentes usam cartão de crédito, já que esse é um fator que influencia na propensão ao endividamento. Nesse sentido, eles foram questionados se fazem uso desse recurso, o quanto isso impacta (em %) mensalmente em suas rendas, além de outros aspectos, que constam na Tabela 2.

Tabela 2: Utilização de crédito pelos respondentes

Variável	Alternativas	Empregados assalariados		Servidores públicos	
		Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
Você utiliza cartão de crédito?	Não	24	16,40%	19	12,80%
	Sim	122	83,60%	129	87,20%
Quantos cartões?	1 cartão	81	66,90%	76	59,40%
	2 cartões	29	24,00%	43	33,60%
	3 cartões	10	8,30%	7	5,50%
	4 cartões	-	-	2	1,60%
	5 cartões	1	0,80%	-	-
Qual o percentual de sua renda geralmente gasto com o pagamento do(s) cartão(ões) de crédito?	0% a 10%	19	15,60%	10	7,80%
	11% a 20%	17	13,90%	27	21,10%
	21% a 30%	28	23,00%	29	22,70%
	31% a 40%	25	20,50%	26	20,30%
	41% a 50%	15	12,30%	14	10,90%
	Acima de 51%	9	7,40%	15	11,70%
	Não sei	9	7,40%	7	5,50%
Com que frequência depende do crédito (ex: cheque especial) para pagar os gastos da vida cotidiana?	Todo tempo	5	3,40%	9	6,10%
	Às vezes	23	15,80%	21	14,30%
	Raramente	41	28,10%	34	23,10%
	Nunca	77	52,70%	83	56,50%

Fonte: Elaborada pela autora.

Os resultados encontrados revelaram que a maioria faz uso de cartão de crédito, isto é, um total de 83,60% de empregados assalariados e 87,20% de servidores públicos. Dentre esses que utilizam, no caso dos assalariados, nota-se ainda que 66,90% dos indivíduos utilizam apenas um cartão e 24,00% utilizam dois, situação semelhante no caso dos servidores que 59,40% utilizam apenas um e 33,60% utilizam dois. Por sua vez, os que utilizam três cartões, representam 8,30% dos assalariados e 5,50% dos servidores. Há, por fim, alguns discrepantes, como o respondente assalariado que utiliza cinco cartões (0,80%) e os respondentes servidores que utilizam quatro cartões (1,60%).

Em relação ao percentual geralmente gasto por mês com o pagamento do(s) cartão(ões) de crédito, tem-se que poucos respondentes gastam acima de 51% da renda com cartão, tanto nos servidores, quanto nos empregados assalariados, percentuais de 7,40% e 11,40%, respectivamente. Além disso, outra semelhança é que os percentuais de gasto de “21% a 30%” e de “31% a 40%” são os que concentram grande parte das respostas em ambos. Já em relação às diferenças, pode-se mencionar que no grupo dos assalariados o percentual de respondentes que gasta até 10% com cartão é o dobro do percentual de servidores.

Por fim, no que tange à frequência que os respondentes dependem do crédito (ex: cheque especial) para pagar gastos da vida cotidiana, nos dois grupos encontra-se que a maioria nunca depende ou depende raramente. Apenas 3,40% dos assalariados informaram depender a todo tempo deste tipo de crédito e 6,10% dos servidores. Outros, por sua vez, responderam depender às vezes, representando 15,80% dos assalariados e 14,30% dos servidores.

Além da questão do uso do crédito, foi analisada a propensão ao endividamento da amostra através de uma pergunta que pretendia descobrir se os indivíduos estão tendo dificuldades para pagar suas contas, deixando compromissos em atraso ou pagando sem quaisquer dificuldades. Esses dados estão apresentados na Tabela 3.

Tabela 3: Propensão ao endividamento dos entrevistados

(continua)

Variável	Alternativas	Empregados assalariados		Servidores públicos	
		Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
Qual das seguintes afirmações melhor descreve o quão bem você (e seu parceiro, se for o caso) está(ão) acompanhando atualmente as suas contas e compromissos de crédito:	Eu estou/nós estamos pagando todas as contas e compromissos, sem quaisquer dificuldades.	71	48,60%	82	55,80%
	Eu estou/nós estamos pagando todas as contas e compromissos, com algumas dificuldades.	52	35,60%	43	29,30%

Tabela 3: Propensão ao endividamento dos entrevistados

(conclusão)

Variável	Alternativas	Empregados assalariados		Servidores públicos	
		Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
Qual das seguintes afirmações melhor descreve o quanto bem você (e seu parceiro, se for o caso) está(ão) acompanhando atualmente as suas contas e compromissos de crédito:	Eu estou/nós estamos pagando todas as contas e compromissos, com muitas dificuldades.	9	6,20%	13	8,80%
	Eu estou/nós estamos deixando em atraso algumas contas ou compromissos de crédito.	10	6,80%	4	2,70%
	Eu estou com sérios problemas financeiros, atrasando contas e compromissos de crédito.	-	-	-	-
	Não possuo/não possuímos contas ou compromissos de crédito.	2	1,40%	2	1,40%
	Não sei.	2	1,40%	3	2,00%

Fonte: Elaborada pela autora.

Como pode-se observar na Tabela 3, as semelhanças nas respostas dos dois grupos foram bem grandes. A maior concentração de respostas, em ambos os grupos, revela que a amostra da pesquisa paga suas contas com poucas dificuldades ou sem nenhuma. Apenas 6,80% dos assalariados estão deixando algumas contas em atraso, ou ainda, pagando com muitas dificuldades (6,20%). Esses percentuais também se mostram baixos no grupo dos servidores, já que apenas 2,70% estão deixando em atraso alguns compromissos de crédito e 8,80% estão pagando as contas com muitas dificuldades. Demonstrando uma baixa propensão ao endividamento em ambos os grupos pesquisados.

Depois das questões ligadas ao uso de cartão de crédito e à propensão ao endividamento, os respondentes foram indagados em relação à estabilidade financeira. Isto é, sabe-se que servidores públicos detêm estabilidade financeira, enquanto os assalariados, por sua vez, não possuem essa condição. Nesse sentido, buscou-se saber se os pesquisados acreditam existir influência desse fator na gestão das finanças, conforme demonstra a Tabela 4.

Tabela 4: Influência da estabilidade nas finanças

Variável	Alternativas	Empregados assalariados		Servidores públicos	
		Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
Você considera que a sua estabilidade financeira, enquanto servidor público, ou a falta dela, no caso de empregado assalariado, interfere na gestão das suas finanças?	Não, não interfere	41	28,10%	28	19,00%
	Sim, interfere pouco	48	32,90%	37	25,20%
	Sim, interfere muito	49	33,60%	75	51,00%
	Não sei	8	5,50%	7	4,80%

Fonte: Elaborada pela autora.

Analisando os dados, pode-se depreender que a percepção de influência da estabilidade na gestão financeira é um pouco maior entre os servidores, já que 51% deles acreditam interferir muito, seguido dos que acreditam interferir pouco, que representam 25,20%. Logo, 76,20% dos servidores acreditam que a estabilidade influencia, enquanto apenas 19,00% acreditam não ter influência.

Por sua vez, os empregados assalariados, em sua maioria (66,50%), também acreditam que a estabilidade pode impactar na vida financeira dos indivíduos. Isto é, 33,60% consideram que a falta da estabilidade financeira na gestão das suas próprias finanças influencia muito, seguidos de 32,90% que consideram interferir pouco. Todavia, também temos uma parcela significativa de pessoas (28,10%) que acreditam não existir influência.

Em seguida, para analisar o bem-estar financeiro da amostra, foram utilizadas dez perguntas do tipo *likert* de cinco pontos (1=concordo totalmente, 2= concordo, 3= indiferente, 4= discordo e 5= discordo totalmente). Desse total de perguntas, três tiveram que ser invertidas, isto é, houve uma recodificação, na qual o valor 1 da escala passou para 5, o valor 2 para 4, o valor 3 continuou 3, o valor 4 para 2, e por fim, o valor 5 para 1. Essa recodificação foi necessária para que pudesse ser afirmado que quanto maior o número na escala, isto é, quanto mais se discorda, melhor será o bem-estar financeiro encontrado. Alguns resultados estão dispostos na Tabela 5 abaixo.

Tabela 5 - Média, mediana e desvio padrão do bem-estar financeiro

(continua)

Questões de Bem-Estar Financeiro	Empregados assalariados			Servidores públicos		
	Média	Mediana	Desvio Padrão	Média	Mediana	Desvio Padrão
Estou satisfeito com a minha atual situação financeira.	2,49	2,00	1,23	2,69	2,00	1,18
Minha situação financeira limita minha capacidade de fazer as coisas que são importantes pra mim.	2,72	3,00	1,25	3,01	3,00	1,14
Neste momento, eu possuo muitas dívidas.	3,91	4,00	1,23	3,91	4,00	1,18
Eu tenho a tendência de viver o hoje e deixar o amanhã cuidar de si.	3,88	4,00	1,07	4,10	4,00	0,94
Por causa da minha situação financeira, sinto que nunca terei as coisas que quero na vida.	3,60	4,00	1,33	3,85	4,00	1,09
Estou preocupado que meu dinheiro não vai durar.	3,50	4,00	1,28	3,36	4,00	1,16
Eu estou apenas sobrevivendo financeiramente.	3,50	4,00	1,25	3,82	4,00	1,08

Tabela 5 - Média, mediana e desvio padrão do bem-estar financeiro
(conclusão)

Questões de Bem-Estar Financeiro	Empregados assalariados			Servidores públicos		
	Média	Mediana	Desvio Padrão	Média	Mediana	Desvio Padrão
Eu tenho a tendência de me preocupar em pagar minhas despesas no dia-a-dia.	3,61	4,00	1,27	3,60	4,00	1,14
Minhas finanças controlam minha vida.	3,29	3,00	1,18	3,54	4,00	1,06
Eu tenho dinheiro sobrando no final do mês.	3,29	4,00	1,39	3,24	3,00	1,23

Fonte: Elaborada pela autora.

Ao analisar o construto bem-estar financeiro entre os assalariados, nota-se alguns pontos positivos, já que esse grupo não costuma possuir dívidas (média 3,91) e não tem a tendência de deixar o amanhã cuidar de si (3,88). Por outro lado, percebe-se que esse grupo não está satisfeito com sua atual situação financeira (média 2,49) e que, por vezes, essa situação financeira acaba limitando a capacidade desses indivíduos de fazer coisas que são importantes para eles (média 2,72).

Por sua vez, examinando-se os resultados obtidos entre os servidores, percebe-se que esse grupo possui muitas semelhanças com o anterior, já que no geral, também não tem a tendência de deixar o amanhã cuidar de si (média 4,10) e também não está satisfeito com sua vida financeira atual (2,69). Além disso, outros pontos que podem ser destacados é que eles não estão apenas sobrevivendo financeiramente (média 3,82) e que as finanças não controlam suas vidas (média 3,54). Logo, entende-se que embora os servidores e os assalariados tenham algumas médias um pouco mais baixas, ambos demonstraram ter um bem-estar financeiro razoável, com mediana de 4 na maior parte das perguntas, porém com valores de desvio-padrão altos, demonstrando uma dispersão nas respostas.

Depois de verificado o bem-estar financeiro e afim de examinar o nível de alfabetização financeira entre os pesquisados foram utilizados três construtos: atitude financeira, comportamento financeiro e conhecimento financeiro, todos baseados em Potrich, Vieira e Kirch (2016). O primeiro construto, atitude financeira, foi mensurado através de três questões que seguiram o modelo de escala *likert* de cinco pontos (1= concordo totalmente, 2= concordo, 3= indiferente, 4= discordo e 5= discordo totalmente). Sendo assim, quanto mais os indivíduos discordassem das perguntas apresentadas (maiores médias), melhor seriam suas atitudes

financeiras. Tais resultados contendo as questões, além da média, mediana e desvio padrão encontra-se na Tabela 6.

Tabela 6 - Média, mediana e desvio padrão da atitude financeira

Questões de Atitude Financeira	Empregados assalariados			Servidores públicos		
	Média	Mediana	Desvio Padrão	Média	Mediana	Desvio Padrão
Não me preocupo com o futuro, vivo apenas o presente.	3,87	4,00	1,06	4,12	4,00	0,97
Considero mais satisfatório gastar dinheiro do que poupar para o futuro.	3,16	3,50	1,40	3,50	4,00	1,18
O dinheiro é feito para gastar.	3,36	3,50	1,04	3,50	4,00	0,89

Fonte: Elaborada pela autora.

Assim sendo, infere-se que a questão que teve melhor média, e dessa forma, melhor resultado, foi a questão sobre a preocupação apenas com o presente, sem levar em consideração o futuro. Isto é, tanto os empregados assalariados, quanto os servidores têm uma preocupação financeira com os anos que estão por vir.

Constata-se ainda que as atitudes financeiras dos servidores nas três questões apresentaram-se melhores que nos assalariados. Além disso, pode-se inferir que as respostas estão menos dispersas no grupo dos servidores, visto que os desvios-padrão desse grupo são menores em relação aos assalariados.

A partir dessa dispersão, analisou-se as frequências das questões em cada grupo e foi possível verificar que na primeira questão, 73,3% dos assalariados discordaram parcial ou totalmente da afirmativa (Não me preocupo com o futuro, vivo apenas o presente), demonstrando assim, serem pessoas preocupadas com seu futuro financeiro. Essa porcentagem é ainda maior dentre os servidores, totalizando 79,8% das respostas.

Já em relação à segunda questão (Considero mais satisfatório gastar dinheiro do que poupar para o futuro), percebe-se algumas divergências entre os dois grupos, como por exemplo a porcentagem de indivíduos que concordam totalmente ser mais satisfatório gastar dinheiro do que poupá-lo para o futuro, que entre os assalariados foi superior (19,90%) ao resultado encontrado entre os servidores (6,80%).

Por fim, averiguando-se a terceira questão, que diz respeito à forma como os entrevistados enxergam o dinheiro, dentre os assalariados, pode-se dizer que alguns (19,90%) entendem como um recurso que foi feito para ser gasto, 30,10% responderam de forma

indiferente e 50% discordaram parcial ou totalmente dessa afirmação. Já no grupo dos servidores tem-se que apenas 12,80% concordam que o dinheiro foi feito para gastar, 31,10% são indiferentes, e por fim, 56,1% discordam parcial ou totalmente.

O segundo construto analisado que compõe a alfabetização financeira foi o comportamento financeiro, que segue o modelo de escala *likert* de cinco pontos (1= nunca, 2= quase nunca, 3= às vezes, 4= quase sempre e 5= sempre). Dessa forma, quanto mais perto maior a frequência no comportamento (maiores médias), melhor seriam seus comportamentos financeiros, como apresenta a Tabela 7.

Tabela 7 - Média, mediana e desvio padrão do comportamento financeiro

Questões de Comportamento Financeiro	Empregados assalariados			Servidores públicos		
	Média	Mediana	Desvio Padrão	Média	Mediana	Desvio Padrão
Faço uma reserva do dinheiro que recebo mensalmente para uma necessidade futura.	3,36	3,00	1,36	3,55	4,00	1,18
Eu guardo parte da minha renda todo o mês.	3,43	4,00	1,33	3,50	4,00	1,23
Eu guardo dinheiro regularmente para atingir objetivos financeiros de longo prazo como, por exemplo, educação dos meus filhos, aquisição de uma casa, aposentadoria.	3,00	3,00	1,44	3,37	4,00	1,30
Eu passo a poupar mais quando recebo um aumento salarial.	3,21	3,00	1,29	3,37	4,00	1,15
Nos últimos 12 meses tenho conseguido poupar dinheiro.	3,43	4,00	1,34	3,49	4,00	1,31

Fonte: Elaborada pela autora.

Com base nos dados apresentados, percebe-se que entre os assalariados, as questões que obtiveram as maiores médias (3,43) afirmam que os mesmos têm conseguido poupar dinheiro nos últimos doze meses e guardado parte da renda todo o mês, enquanto a que obteve menor média (3,00) foi a questão que aponta que eles têm, às vezes, conseguido economizar dinheiro regularmente para atingir objetivos a longo prazo (3,00).

Já no grupo dos servidores, a melhor média (3,55) encontra-se na questão que ratifica que os mesmos, quase sempre, fazem uma reserva do dinheiro que recebem mensalmente para uma necessidade futura. Enquanto as menores médias (3,37) foram encontradas em duas questões, isto é, tanto na que afirma que eles guardam dinheiro para objetivos de longo prazo, quanto naquela que diz que eles passam a poupar mais quando recebem um aumento salarial.

O terceiro e último construto que compõe a alfabetização financeira dos indivíduos é o conhecimento financeiro. Para mensurar esse conhecimento, foram construídas 13 questões de

múltipla escolha, adaptadas de Potrich, Vieira e Kirch (2016). Cada questão possuía apenas uma resposta correta. Dentre essas 13 questões, 5 foram consideradas de conhecimento financeiro avançado, enquanto as outras 8 foram consideradas de conhecimento básico. Sendo assim, as Tabelas 8 e 9, apresentam a porcentagem de acerto obtida em cada questão, tanto pelos assalariados, quanto pelos servidores públicos.

Tabela 8: Conhecimento financeiro básico entre empregados assalariados e servidores públicos (continua)

Conhecimento financeiro básico	Alternativas	Empregados assalariados		Servidores públicos	
		Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
1. Um empréstimo com duração de 15 anos normalmente exige pagamentos mensais maiores do que um empréstimo de 30 anos, mas o total de juros pagos ao final do empréstimo será menor. Essa afirmação é:	Verdadeira	79	54,10%	104	70,30%
	Falsa	21	14,40%	13	8,80%
	Não sei	46	31,50%	31	21,00%
2. Suponha que você realizou um empréstimo de R\$ 10.000,00 para ser pago após um ano e o custo total com os juros é R\$ 600,00. A taxa de juros que você irá pagar nesse empréstimo é de:	0,30%	1	0,70%	-	-
	0,60%	31	21,20%	34	23,00%
	3%	5	3,40%	3	2,00%
	6%	74	50,70%	83	56,10%
	Não sei	35	24,00%	28	18,90%
3. Suponha que você viu o mesmo televisor em duas lojas diferentes pelo preço inicial de R\$ 1.000,00. A loja A oferece um desconto de R\$ 150,00, enquanto a loja B oferece um desconto de 10%. Qual é a melhor alternativa?	Comprar na loja A (desconto de R\$ 150,00)	119	81,50%	132	89,20%
	Comprar na loja B (desconto de 10%)	6	4,10%	4	2,70%
	Não sei	21	14,40%	12	8,10%
4. Imagine que cinco amigos recebem uma doação de R\$ 1.000,00 e precisam dividir o dinheiro igualmente entre eles. Quanto cada um vai obter?	100	2	1,40%	2	1,40%
	200	126	86,30%	138	93,20%
	1000	2	1,40%	1	0,70%
	5000	1	0,70%	-	-
	Não sei	15	10,30%	7	4,70%

Tabela 8: Conhecimento financeiro básico entre empregados assalariados e servidores
(conclusão)

Conhecimento financeiro básico	Alternativas	Empregados assalariados		Servidores públicos	
		Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
5. Suponha que você tenha R\$ 100,00 em uma conta poupança a uma taxa de juros de 10% ao ano. Depois de 5 anos, qual o valor que você terá na poupança? Considere que não tenha sido depositado e nem retirado dinheiro.	Mais do que R\$ 150,00	74	50,70%	87	58,80%
	Menos do que R\$ 150,00	14	9,60%	10	6,80%
	Exatamente R\$ 150,00	38	26,00%	39	26,40%
	Não sei	20	13,70%	12	8,10%
6. Suponha que José e Pedro herdem R\$ 10.000,00 cada um, mas José recebe hoje e Pedro receberá daqui um ano. Se ambos aplicarem o dinheiro na poupança no ato que receberem o dinheiro, daqui a 3 anos quem estará mais rico devido à herança?	José	95	65,10%	118	79,70%
	Pedro	12	8,20%	6	4,10%
	São igualmente ricos	24	16,40%	17	11,50%
	Não sei	15	10,30%	7	4,70%
7. Imagine que a taxa de juros incidente sobre a sua conta poupança seja de 6% ao ano e a taxa de inflação seja de 10% ao ano. Após 1 ano, o quanto você será capaz de comprar com o dinheiro dessa conta? Considere que não tenha sido depositado e nem retirado dinheiro.	Mais do que hoje	9	6,20%	6	4,10%
	Menos do que hoje	79	54,10%	103	69,60%
	Exatamente o mesmo	13	8,90%	6	4,10%
	Não sei	45	30,80%	33	22,30%
8. Suponha que no ano de 2020 sua renda dobrará e os preços de todos os bens também dobrarão. Em 2020, o quanto você será capaz de comprar com sua renda?	Mais do que hoje	9	6,20%	6	4,10%
	Menos do que hoje	15	10,30%	13	8,80%
	Exatamente o mesmo	100	68,50%	116	78,40%
	Não sei	22	15,10%	13	8,80%

Fonte: Elaborada pela autora.

Dentre as oito questões de conhecimento financeiro básico, a que obteve um maior percentual de acertos foi a questão número 4, que buscava saber com quantos reais cinco amigos iriam ficar se dividissem igualmente uma quantia de R\$ 1.000,00 entre eles. Dentre os

assalariados, 86,30% dos respondentes acertaram. Esse percentual foi ainda maior dentro o grupo dos servidores, totalizando 93,20%.

Por outro lado, dentre os assalariados, duas questões obtiveram menor percentual de acertos (50,7%), sendo as questões de número 2 e 5, que envolviam problemas de juros. Entre os respondentes servidores, por sua vez, a questão número 2 também foi a com menor percentual de acertos (56,10%). Portanto, percebe-se que dentre as questões de conhecimento básico, mesmo as questões com os menores índices de acerto, ainda se encontra um percentual alto, que equivalia à metade das respostas.

Já os resultados relativos às questões de conhecimento financeiro avançado, que são questões consideradas com um nível de dificuldade maior, encontram-se na Tabela 9.

Tabela 9: Conhecimento financeiro avançado entre empregados assalariados e servidores

Conhecimento financeiro avançado	Alternativas	Empregados assalariados		Servidores públicos	
		Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
9. Um investimento com alta taxa de retorno terá alta taxa de risco. Essa afirmação é:	Verdadeira	93	63,70%	110	74,30%
	Falsa	11	7,50%	7	4,70%
	Não sei	42	28,80%	31	20,90%
10. Quando a inflação aumenta, o custo de vida sobe. Essa afirmação é:	Verdadeira	117	80,10%	132	89,20%
	Falsa	3	2,10%	3	2,00%
	Não sei	26	17,80%	13	8,80%
11. Considerando-se um longo período de tempo (ex: 10 anos), qual ativo, normalmente, oferece maior retorno?	Poupança	5	3,40%	3	2,00%
	Ações	40	27,40%	40	27,00%
	Títulos públicos	48	32,90%	54	36,50%
	Não sei	53	36,30%	51	34,50%
12. Normalmente, qual ativo apresenta as maiores oscilações ao longo do tempo?	Poupança	1	0,70%	-	-
	Ações	90	61,60%	101	68,20%
	Títulos públicos	13	8,90%	12	8,10%
	Não sei	42	28,80%	35	23,60%
13. Quando um investidor distribui seu investimento entre diferentes ativos, o risco de perder dinheiro:	Aumenta	21	14,40%	9	6,10%
	Diminui	87	59,60%	110	74,30%
	Permanece inalterado	4	2,70%	7	4,70%
	Não sei	34	23,30%	22	14,90%

Fonte: Elaborada pela autora.

Sendo assim, percebe-se que em ambos os grupos a questão com maior concentração de acertos foi a de número 10, que afirmava que quando a inflação aumenta, o custo de vida sobe.

Dentre os assalariados, 80,10% souberam responder corretamente e entre os servidores 89,20%. Enquanto a questão 11, por sua vez, foi a que concentrou o menor índice de respostas corretas, em ambos os grupos, sendo que apenas 27,40% dos assalariados responderam à questão de forma exata, percentual similar ao grupo dos servidores (27,00%).

Assim, após conhecer de forma separada as questões dos construtos que compõem a alfabetização financeira (comportamento, atitude e conhecimento), buscou-se identificar os resultados de cada construto obtido pela média de todas as questões que a formam. Salienta-se que as escalas de atitude e comportamento financeiros variavam até 5, e, portanto, quanto mais perto desse número, melhor seriam as atitudes e comportamentos dos indivíduos. Já o conhecimento era uma escala que variava de 0 (errou todas as questões) a 13 (acertou todas as questões), sendo que quanto maior o número, melhor o conhecimento financeiro encontrado. Os dados estão dispostos na Tabela 10.

Tabela 10: Construtos da alfabetização financeira entre empregados assalariados e servidores

Construtos	Empregados assalariados			Servidores públicos		
	Média	Mediana	Desvio Padrão	Média	Mediana	Desvio Padrão
Atitude Financeira	3,47	3,67	0,88	3,76	4,00	0,80
Comportamento Financeiro	3,29	3,40	1,20	3,45	3,60	1,09
Conhecimento Financeiro	8,03	8,50	3,77	9,28	10,00	3,11

Fonte: Elaborada pela autora.

Em relação ao construto atitude financeira, percebe-se que os servidores possuem maior média (3,76) em relação aos assalariados (3,47), assim como no comportamento financeiro, já que os servidores também apresentaram média superior (3,45) em relação ao outro grupo (3,29). Já no que tange ao conhecimento financeiro, nota-se que os assalariados acertaram em média 8 das 13 questões, enquanto os servidores acertaram 9 questões. Portanto, através das médias divididas pelo total de questões, chega-se a um percentual, que pode significar, conforme Chen e Volpe (1998), baixo, médio ou alto nível de conhecimento financeiro.

Segundo os autores, o baixo conhecimento financeiro fica com uma porcentagem abaixo de 60%, o médio compreendido entre 60% e 79%, e por fim, o alto conhecimento financeiro é para aqueles que chegam a um percentual acima de 80%. Nesse sentido, depreende-se que ambos os grupos estão classificados em um nível mediano de conhecimento financeiro, porém com uma diferença percentual próxima a 10% superior para os servidores. Especificadamente,

os assalariados acertaram em média 61,77% das questões, enquanto que os servidores públicos apresentam um percentual de acertos de 71,38%.

Por sua vez, para visualizar melhor os três principais construtos desta pesquisa, que são a alfabetização financeira, propensão ao endividamento e bem-estar financeiro, foi construída uma tabela com os resultados encontrados. Vale salientar que para a obtenção da média da alfabetização financeira foi realizada uma média entre os resultados dos três construtos que a compõem (atitude, comportamento e conhecimento financeiros). Entretanto, para que todos ficassem na mesma escala, variando até 5, foi necessária fazer uma adaptação dos valores da escala de conhecimento financeiro, multiplicando a média encontrada no conjunto de acertos que variava entre 0 e 1, pelo valor 5.

Já para obter a média da propensão ao endividamento, construto que possuía apenas uma questão, foi necessário criar uma escala que variava até 5, sendo que quanto mais próximo de 5, maior a propensão ao endividamento. Os dados encontram-se na Tabela 11, assim como o teste de diferença de média (teste t) a fim de verificar se existem diferenças significativas entre os dois grupos pesquisados.

Tabela 11 - Média, mediana e desvio padrão dos construtos analisados

Construtos	Empregados assalariados			Servidores públicos			Teste t (sig.)
	Média	Mediana	Desvio Padrão	Média	Mediana	Desvio Padrão	
Alfabetização financeira	3,28	3,21	0,87	3,59	3,73	0,79	0,002
Propensão ao endividamento	1,69	1,00	0,87	1,56	1,00	0,77	0,175
Bem-estar financeiro	3,35	3,45	0,81	3,51	3,60	0,72	0,078

Fonte: Elaborada pela autora.

Ao analisar a Tabela 11, nota-se que somente a propensão ao endividamento não apresentou diferenças significativas entre os dois grupos. Assim, encontrou-se uma diferença de média significativa de alfabetização financeira, ao nível de 1%, entre o grupo dos assalariados (média de 3,28) e dos servidores públicos (média de 3,59), demonstrando que os servidores públicos e que detêm a estabilidade financeira, apresentam um maior nível de alfabetização financeira. Em relação ao bem-estar dos respondentes, por sua vez, sabe-se que quanto mais próximo de 5, melhor será o bem-estar financeiro do grupo analisado. Portanto, nota-se que os servidores possuem uma média melhor (3,51) em relação aos assalariados (3,35), e essa diferença de média de bem-estar mostrou-se significativa ao nível de 10%. Tais achados

apontam que os servidores públicos além de apresentarem melhores níveis de alfabetização financeira, também denotam um melhor bem-estar financeiro quando comparado ao grupo dos empregados assalariados.

Por fim, buscou-se investigar o impacto da estabilidade financeira no nível de alfabetização financeira dos indivíduos. Para isso, realizou-se uma regressão linear simples de modo que foi criada uma variável *dummy* para a estabilidade, onde considera-se “0” os empregados assalariados e “1” os servidores públicos que detêm estabilidade financeira. A Tabela 12 expõe os resultados encontrados.

Tabela 12 – Modelo de Regressão Linear Simples de Alfabetização Financeira

Variáveis	Alfabetização financeira	
	Coefficientes padronizados	p-valor
Constante	-	0,000
<i>Dummy</i> Estabilidade	0,184	0,002
R ² Ajustado	0,031	
Teste F	10,230	
p-valor	0,002	

Fonte: Elaborada pela autora.

Primeiramente destaca-se o R² ajustado do modelo, o qual indica que 3,10% da variância no nível de alfabetização financeira pode ser explicada pela estabilidade financeira oriunda da ocupação. Além disso, o modelo apresentou significância estatística ao nível de 1%. Já no que tange aos pressupostos do modelo, tem-se primeiramente a questão da homocedasticidade, ou seja, a variância dos resíduos deve ser constante ao longo da variável explicativa. Assim, destaca-se a não rejeição da hipótese nula (p-valor 0,196), ou seja, a atestando a homocedasticidade dos resíduos.

Além disso, observou-se que não há autocorrelação dos resíduos, uma vez que o valor do teste de Durbin Watson (1,599) ficou dentro do intervalo considerado adequado. Para verificar a multicolinearidade, utilizaram-se os índices VIF e *Tolerance*. Diante disso, os resultados evidenciam valores iguais a 1, confirmando a ausência de multicolinearidade. Por último, analisando a normalidade dos resíduos, foi efetuado o teste *Kolmogorov-Smirnov*, o qual resultou em um valor de 0,054 e p-valor de 0,036, indicando a não normalidade dos resíduos.

Levando em consideração os resultados obtidos na regressão, nota-se que a variável *dummy* de estabilidade apresentou um impacto positivo (0,184) e significativo ao nível de 1% no nível de alfabetização financeira. A partir disso, tem-se que possuir estabilidade financeira

oriunda da ocupação dos servidores públicos influencia para que os indivíduos apresentem maiores níveis de alfabetização financeira. Tais resultados vão ao encontro da literatura, ao qual a estabilidade influencia positivamente o comportamento financeiro dos indivíduos (GUIMARÃES, 2015).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo analisar o impacto da estabilidade no nível de alfabetização financeira dos indivíduos. Nesse sentido, constatou-se que a estabilidade financeira oriunda da ocupação dos servidores públicos impactou positivamente nos níveis de alfabetização financeira dos mesmos, fazendo-os terem uma média maior em relação aos assalariados.

Adentrando mais especificamente nos construtos que compõem a alfabetização financeira, encontrou-se que tanto no comportamento, quanto atitude e conhecimento financeiro, os servidores apresentaram médias maiores. No conhecimento, em especial, o grupo de servidores apresentou um nível 10% superior ao constatado no grupo dos empregados assalariados.

Além disso, também foi possível inferir que existe uma diferença significativa entre os dois grupos no que tange ao bem-estar financeiro, sendo que os servidores possuem um melhor nível em relação aos assalariados. Já em relação ao endividamento, pôde-se perceber que ambos os grupos possuem baixa propensão, mas não existe diferença significativa entre os resultados encontrados.

O presente estudo teve como principal contribuição o fato de pesquisar a alfabetização financeira entre servidores e assalariados em Florianópolis, relacionando esse construto com estabilidade, endividamento e bem-estar financeiro. Além disso, o estudo também procurou ressaltar a importância da alfabetização financeira na vida dos indivíduos e sua influência nas tomadas de decisão, no planejamento a longo prazo e no bem-estar financeiro dos mesmos. Seres mais alfabetizados financeiramente estão menos propensos a riscos e ao endividamento, assim como podem apresentar um melhor bem-estar financeiro. Ademais, encontrou-se que a estabilidade financeira impacta nessa relação.

Destaca-se, como principais limitações desta pesquisa, o tempo hábil e os recursos disponíveis que tanto os assalariados, como os servidores, dispunham para fornecerem suas respostas. Isto é, os dois grupos tinham livre acesso à internet para fazer buscas e também poderiam utilizar uma calculadora para efetuar cálculos. Por fim, para trabalhos futuros sugere-

se que sejam feitas pesquisas que relacionem os três construtos analisados (bem-estar, alfabetização e endividamento) entre outros grupos de indivíduos.

REFERÊNCIAS

AGARWALLA, Sobhesh Kumar; BARUA, Samir K.; JACOB, Joshy; VARMA, Jayanth R. Financial literacy among working young in urban India. **Indian Institute of Management Ahmedabad, W.P.**, n. 2013-10-02, 2013.

AMADEU, J. R. **A educação financeira e sua influência nas decisões de consumo e investimento**: proposta de inserção da disciplina na matriz curricular. 91 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Oeste Paulista, São Paulo, 2009.

ATKINSON, A.; MESSY, F. A. **Measuring financial literacy**: results of the OECD / International Network on Financial Education (INFE) pilot study, 2012. Disponível em < <http://dx.doi.org/10.1787/5k9csfs90fr4-en> >. Acesso em: 10 set. 2018

AUGUSTO, Milene Filipa Rodrigues. **A Educação Financeira e o Sobre-endividamento**. 2016. 137 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Contabilidade e Gestão das Instituições Financeiras, Instituto Politécnico de Lisboa, Lisboa, 2016.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). **Pesquisa qualitativa sobre o processo de endividamento**. 2014. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pec/appron/apres/Pesquisa_Endividamento.pdf>. Acesso em: 15 out. 2018.

BRASIL. **Consolidação das Leis do Trabalho**. Decreto-Lei nº 5.452, de 01 de mai. de 1943. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del5452.htm>. Acesso em: 17 de set. de 2018

BRASIL. **Lei nº 8112, de 11 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18112cons.htm> . Acesso em: 15 out. de 2018

CAMPARA, Jéssica Pulino; VIEIRA, Kelmara Mendes; POTRICH, Ani Caroline Grigion. Satisfação Global de Vida e Bem-estar Financeiro: desvendando a percepção de beneficiários do Programa Bolsa Família. **Revista de Administração Pública**, v. 51, n. 2, p.182-200, mar. 2017.

CARVALHO, Helder Araujo de. **As causas do endividamento da baixa renda no município de Floriano-PI**. 2016. 85 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual do Ceará, Floriano, 2016.

CHEN, Haiyang.; VOLPE, Ronald. P. An analysis of personal financial literacy among college students. **Financial Services Review**, v. 7, n. 2, p. 107-128, 1998.

CLAUDINO, L. P.; NUNES, M. B.; SILVA, F. C. Finanças pessoais: um estudo de caso com servidores públicos. In: Seminários em Administração, XII, 2009, São Paulo. **XII SAEMED FEA-USP**, 2009.

CLIC RBS. **Florianópolis é vice-líder em endividamento no país**. Diário Catarinense. Publicado em 30/09/2017. Disponível em: <<http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2017/09/florianopolis-e-vice-lider-em-endividamento-no-pais-9919248.html>> Acesso em: 17/09/2018.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO (CNC). **Pesquisa Nacional CNC: Endividamento e Inadimplência**, 2019. Disponível em: <<http://www.cnc.org.br/>>. Acesso em: 1 de junho de 2019.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 24 mai. 2019.

Consumer Financial Protection Bureau (CFPB). (2015). **Financial well-being: The goal of financial education**. Report, Iowa City, IA: Consumer Financial Protection Bureau.
DELAFFROOZ, N.; PAIM, L. H. Determinants of financial wellness among Malaysia workers. **African Journal of Business Management**, v. 5, n. 24, p. 10.092-10.100, 2011

DINIZ, Anna Paula Carvalho. **Bem-estar financeiro: Uma análise multifatorial do comportamento maranhense**. 2013. 148 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

DISNEY, R.; GATHERGOOD, J. Financial Literacy and Indebtedness: new evidence for U.K. Consumers. In: **EconPapers**, 2011. Disponível em: <https://econpapers.repec.org/paper/notnotcfc/11_2f05.htm> Acesso em: 23 out. 2018

DONADIO, R. C.; CAMPANARIO, M. A.; RANGEL; A. S. O papel do da alfabetização financeira e do cartão de crédito no endividamento dos consumidores brasileiros. **Revista Brasileira de Marketing**, v. 11, n. 1, p.75-93, 2012.

FATOKI, Olawale; ONI, Olabanji. Financial literacy studies in South Africa: current literature and research opportunities. **Mediterranean Journal of Social Sciences**, v. 5, n. 20, p. 409-414, 2014.

FÁVERO, L. P.; BELFIORE, P. **Manual de análise de dados: estatística e modelagem multivariada com Excel, SPSS e Stata**. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.

FLORES, Silvia Amélia Mendonça; VIEIRA, Kelmara Mendes, CORONEL, Daniel Arruda. **Influência de fatores comportamentais na propensão ao endividamento**. Revista Adm. FACES Journal, v. 12, n. 2, p. 13-35, abr./jun., 2013.

FRAGA, L. S.; VIEIRA, K. M.; CERETTA, P. S.; PARABONI, A. L. Bem-estar Financeiro: uma análise sob a perspectiva da renda. **Revista de Finanças Aplicadas**, v. 7, p. 1-28, 2016.

GREENSPAN, A. Financial Literacy: A Tool for Economic Progress. **The Futurist**, v. 36, n.4, p. 37-41. 2002

GUIMARÃES, Ricardo Lima, M. **Influência da estabilidade no emprego sobre o comportamento financeiro do consumidor**. 68 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Economia Doméstica, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2015.

HAYHOE, C. R.; WILHELM, M. S. (1998). Modeling perceived economic well-being in a family setting: a gender perspective. **Financial Counseling and Planning**, v. 9, n.1, p.21-34, 1998.

HUSTON, Sandra J. Measuring Financial Literacy. **The Journal Of Consumer Affairs**, v. 44, n. 2, p.296-316, 2010.

JOO, Sohyun. Personal financial wellness. In handbook of consumer finance research. **Springer New York**, p. 21-33, 2008.

KEESE, M.; SCHMITZ, H. Broke, ill, and Obese: The Effect of household debt on health. In: **Social Science Research Network**, 2011. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1735420>. Acesso em: 18 set. 2018

KEFELA, G. T. Promoting access to finance by empowering consumers - Financial literacy in developing countries. **Educational Research and Reviews**, v.5, n. 5, p. 205-212, 2010.

KOTLER, P.; KELLER, K. L. **Administração de marketing**. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

LUSARDI, A.; MITCHELL, O. S. Financial literacy and retirement planning in the United States. **Journal of Pension Economics and Finance**, Cambridge University Press, v. 10, n. 04, p. 509-525, 2011.

LUSARDI, A.; TUFANO, P. Debt Literacy, Financial Experiences, and Overindebtedness. **National Bureau of Economic Research**, Cambridge, 2009. Disponível em: <<https://www.nber.org/papers/w14808.pdf>> Acesso em: 23 out. 2018

MARQUES, M. L. M.; FRADE, C. **Regular o sobreendividamento**. Coimbra, 2003. Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, 2003.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 20. ed. São Paulo: Editora Malheiros, 1995.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). **Relação Anual de Informações Sociais – RAIS**. RAIS, 2013. Acesso em: 27 de maio de 2019.

MUIR, K.; HAMILTON, M.; NOONE, J.H.; MARJOLIN, A.; SALIGNAC, F.; SAUNDERS, P. **Exploring Financial Wellbeing in the Australian Context**. Centre for Social Impact & Social Policy Research Centre. University of New South Wales Sydney, 2017. Policy Research Centre – University of New South Wales Sydney, for Financial Literacy Australia

OBSERVATÓRIO DO ENDIVIDAMENTO DOS CONSUMIDORES. **Endividamento e sobre-endividamento das famílias: conceitos e estatísticas para sua avaliação**. Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Fev/2002.

_____. (OECD, 2013b). Financial literacy and inclusion: Results of OECD/INFE survey across countries and by gender. **OECD Publishing**. Disponível em: <http://www.oecd.org/daf/fin/financialeducation/TrustFund2013_OECD_INFE_Fin_Lit_and_Incl_SurveyResults_by_Country_and_Gender.pdf> Acesso em: 21 mar. 2019

_____. (OECD, 2013a), PISA 2012 Assessment and analytical framework: Mathematics, Reading, Science, Problem Solving and Financial Literacy, **OECD Publishing**. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1787/9789264190511-en>> Acesso em: 21 mar. 2019

PINHEIRO, R. **Educação financeira e previdenciária, a nova fronteira dos fundos de pensão**. São Paulo: Peixoto Neto, 2008.

POTRICH, A. C. G. **Alfabetização financeira: Integrando conhecimento, atitude e comportamento financeiros**. 2014. 177 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.

POTRICH, A. C. G.; VIEIRA, K. M.; KIRCH, G. Determinantes da alfabetização financeira: análise da influência de variáveis socioeconômicas e demográficas. **Revista Contabilidade & Finanças**. v. 26, n. 69, p. 362-377, 2015.

POTRICH, Ani Caroline Grigion et al. Modelando a Propensão ao Endividamento: Os fatores comportamentais e socioeconômicos são determinantes? **Revista de La Facultad de Ciencias Económica: Investigación y Reflexión**, Xx, v. 24, n. 2, p.85-110, maio 2016.

POTRICH, Ani Caroline Grigion. **Alfabetização financeira: relações com fatores comportamentais e variáveis socioeconômicas e demográficas**. 2016. 245 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Administração, Departamento de Administração, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016.

REIS, Carlos Vinícius Santos; MATSUMOTO, Alberto Shigueru; BARRETO, Reysson Amaral. A propensão ao endividamento pessoal no Distrito Federal. **Revista de Economia e Administração**, v. 12, n. 4, p.415-427, maio 2013.

REMUND, D. L. Financial literacy explicated: the case for a clearer definition in an increasingly complex economy. **The Journal of Consumer Affairs**, v. 44, n. 2, p. 276-295, 2010

ROBB, C.A.; BABIARZ, P.; WOODYARD, A. The demand for financial professionals' advice: The role of financial knowledge, satisfaction, and confidence. **Financial Services Review**, v. 21, n. 4, 2012.

SOUZA, Dinuarí da Rocha. **Endividamento do Servidor Público: uma análise econômica da situação na UnB**. 2015. 87 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Economia, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Brasília, 2015.

VIEIRA, Kelmara Mendes et al. De Onde Vem o Bem-Estar Financeiro?: Análise dos Fatores Comportamentais, do Gerenciamento Financeiro e da Renda. **Teoria e Prática em Administração**, v. 6, n. 2, p.136-171, dez. 2016.

ZANICHELLI, Stephanie; MEDEIROS, Luan. Endividamento pessoal: um estudo de caso de cinco servidores do estado de santa catarina. **Revista Borges: Ciências Sociais Aplicadas em Debate**, Florianópolis, v. 7, n. 1, p.53-80, out. 2017.

ZERRENNER, S. A. **Estudo sobre as razões para o endividamento da população de baixa renda**. 2007. 57 f. Dissertação (Mestre em Ciências Administrativas) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

APÊNDICE

Instrumento de coleta de dados

1. **Idade:** _____ anos
2. **Gênero:** 2.1 () Masculino 2.2 () Feminino
3. **Estado civil:** 3.1 () Casado(a)/união Estável 3.2 () Solteiro(a) 3.3 () Viúvo(a) 3.4 () Separado(a)
4. **Qual é aproximadamente a sua renda total mensal individual, somando todas as fontes, como salário, pensão, aposentadoria, benefícios legais, aluguéis, bicos?**
 - 4.1 () Até R\$ 998,00.
 - 4.2 () Entre R\$ 998,01 e R\$ 1.996,00.
 - 4.3 () Entre R\$ 1.996,01 e R\$ 2.994,00.
 - 4.4 () Entre R\$ 2.994,01 e R\$ 4.990,00.
 - 4.5 () Entre R\$ 4.990,01 e R\$ 9.980,00.
 - 4.6 () Entre R\$ 9.980,01 e R\$ 14.970,00.
 - 4.7 () Mais de R\$ 14.970,01
5. **Qual é o seu grau de escolaridade?**
 - 5.1 () Ensino Fundamental Incompleto.
 - 5.2 () Ensino Fundamental completo.
 - 5.3 () Ensino Médio Incompleto.
 - 5.4 () Ensino Médio completo.
 - 5.5 () Ensino Superior Incompleto.
 - 5.6 () Ensino Superior completo.
 - 5.7 () Especialização/MBA.
 - 5.8 () Mestrado/ Doutorado/ Pós-Doc.
6. **Ocupação**
 - 6.1 () Servidor público
 - 6.2 () Empregado assalariado
 - 6.3 () Outro _____
7. **Cargo** _____
8. **Qual o seu tempo de serviço na instituição?** _____
9. **Você utiliza cartão de crédito?**
 - 9.1 () Não
 - 9.2 () Sim. Quantos? _____
10. **Qual o percentual de sua renda geralmente gasto com o pagamento do(s) cartão(ões) de crédito?**
 - 10.1 () 0% a 10%.
 - 10.2 () 11% a 20%.
 - 10.3 () 21% a 30%.
 - 10.4 () 31% a 40%.
 - 10.5 () 41% a 50%.
 - 10.6 () Acima de 51%.
 - 10.7 () Não sei.
11. **Com que frequência depende do crédito (ex: cheque especial) para pagar os gastos da vida cotidiana?**
 - 11.1 () Todo tempo.
 - 11.2 () Às vezes.
 - 11.3 () Raramente
 - 11.4 () Nunca.

12. Você considera que a estabilidade financeira enquanto servidor público, ou a falta dela, no caso de empregados assalariados, interfere na gestão das suas finanças

12.1 () Não, não interfere.

12.2 () Sim, interfere pouco.

12.3 () Sim, interfere muito.

12.4 () Não sei.

Marque com um "X" conforme seu MODO DE PENSAR, de acordo com a escala ao lado:	Concordo totalmente	Concordo	Indiferente	Discordo	Discordo totalmente
13. Não me preocupo com o futuro, vivo apenas o presente.					
14. Considero mais satisfatório gastar dinheiro do que poupar para o futuro.					
15. O dinheiro é feito para gastar.					
16. Estou satisfeito com a minha atual situação financeira					
17. Minha situação financeira limita minha capacidade de fazer as coisas que são importantes para mim.					
18. Neste momento, eu possuo muitas dívidas.					
19. Eu tenho a tendência de viver hoje e deixar o amanhã cuidar de si.					
20. Por causa da minha situação financeira, sinto que nunca terei as coisas que quero na vida.					
21. Estou preocupado que meu dinheiro não vai durar.					
22. Eu estou apenas sobrevivendo financeiramente.					
23. Eu tenho a tendência de me preocupar em pagar minhas despesas do dia-a-dia.					
24. Minhas finanças controlam minha vida.					
25. Eu tenho dinheiro sobrando no final do mês.					

O quão frequentemente essas afirmações se APLICAM A VOCÊ? Marque com um "X" na opção mais adequada.	Nunca	Quase nunca	As vezes	Quase sempre	Sempre
26. Faço uma reserva do dinheiro que recebo mensalmente para uma necessidade futura.					
27. Eu guardo parte da minha renda todo o mês.					
28. Eu guardo dinheiro regularmente para atingir objetivos financeiros de longo prazo como, por exemplo, educação dos meus filhos, aquisição de uma casa, aposentadoria.					

O quão frequentemente essas afirmações se APLICAM A VOCÊ? Marque com um "X" na opção mais adequada.	Nunca	Quase nunca	As vezes	Quase sempre	Sempre
29. Eu passo a poupar mais quando recebo um aumento salarial.					
30. Nos últimos 12 meses tenho conseguido poupar dinheiro.					

31. Suponha que você tenha R\$ 100,00 em uma conta poupança a uma taxa de juros de 10% ao ano. Depois de 5 anos, qual o valor que você terá na poupança?

- 31.1 () Mais do que R\$ 150,00.
 31.2 () Menos do que R\$ 150,00.
 31.3 () Exatamente R\$ 150,00.
 31.4 () Não sei.

32. Suponha que José e Pedro herdem R\$ 10.000,00 cada um, mas José recebe hoje e Pedro receberá daqui um ano. Se ambos aplicarem o dinheiro na poupança no ato que receberem o dinheiro, daqui a 3 anos quem estará mais rico devido à herança?

- 32.1 () José.
 32.2 () Pedro.
 32.3 () São igualmente ricos.
 32.4 () Não sei.

33. Imagine que a taxa de juros incidente sobre a sua conta poupança seja de 6% ao ano e a taxa de inflação seja de 10% ao ano. Após 1 ano, o quanto você será capaz de comprar com o dinheiro dessa conta? Considere que não tenha sido depositado e nem retirado dinheiro.

- 33.1 () Mais do que hoje.
 33.2 () Menos do que hoje.
 33.3 () Exatamente o mesmo.
 33.4 () Não sei.

34. Suponha que no ano de 2020 sua renda dobrará e os preços de todos os bens também dobrarão. Em 2020, o quanto você será capaz de comprar com sua renda?

- 34.1 () Mais do que hoje.
 34.2 () Menos do que hoje.
 34.3 () Exatamente o mesmo.
 34.4 () Não sei.

35. Considerando-se um longo período de tempo (ex: 10 anos), qual ativo, normalmente, oferece maior retorno?

- 35.1 () Poupança.
 35.2 () Ações.
 35.3 () Títulos públicos.
 35.4 () Não sei.

36. Normalmente, qual ativo apresenta as maiores oscilações ao longo do tempo?

- 36.1 () Poupança.
 36.2 () Ações.
 36.3 () Títulos públicos.
 36.4 () Não sei.

37. Quando um investidor distribui seu investimento entre diferentes ativos, o risco de perder dinheiro:

- 37.1 () Aumenta.
 37.2 () Diminui.
 37.3 () Permanece inalterado.
 37.4 () Não sei.

38. Um empréstimo com duração de 15 anos normalmente exige pagamentos mensais maiores do que um empréstimo de 30 anos, mas o total de juros pagos ao final do empréstimo será menor. Essa afirmação é:

- 38.1 () Verdadeira.
 38.2 () Falsa.
 38.3 () Não sei.

39. Suponha que você realizou um empréstimo de R\$ 10.000,00 para ser pago após um ano e o custo total com os juros é R\$ 600,00. A taxa de juros que você irá pagar nesse empréstimo é de:

- 39.1 () 0,3%.
- 39.2 () 0,6%.
- 39.3 () 3%.
- 39.4 () 6%.
- 39.5 () Não sei.

40. Suponha que você viu o mesmo televisor em duas lojas diferentes pelo preço inicial de R\$ 1.000,00. A loja A oferece um desconto de R\$ 150,00, enquanto a loja B oferece um desconto de 10%. Qual é a melhor alternativa?

- 40.1 () Comprar na loja A (desconto de R\$150,00).
- 40.2 () Comprar na loja B (desconto de 10%).
- 40.3 () Não sei.

41. Imagine que cinco amigos recebem uma doação de R\$ 1.000,00 e precisam dividir o dinheiro igualmente entre eles. Quanto cada um vai obter?

- 41.1 () 100.
- 41.2 () 200.
- 41.3 () 1000.
- 41.4 () 5000.
- 41.5 () Não sei.

42. Um investimento com alta taxa de retorno terá alta taxa de risco. Essa afirmação é:

- 42.1 () Verdadeira.
- 42.2 () Falsa.
- 42.3 () Não sei.

43 Quando a inflação aumenta, o custo de vida sobe. Essa afirmação é:

- 43.1 () Verdadeira.
- 43.2 () Falsa.
- 43.3 () Não sei.

44. Qual das seguintes afirmações melhor descreve o quão bem você (e seu parceiro, se for o caso) está(ão) acompanhando atualmente as suas contas e compromissos de crédito:

- 44.1 () Eu estou/nós estamos pagando todas as contas e compromissos, sem quaisquer dificuldades.
- 44.2 () Eu estou/nós estamos pagando todas as contas e compromissos, com algumas dificuldades.
- 44.3 () Eu estou/nós estamos pagando todas as contas e compromissos, com muitas dificuldades.
- 44.4 () Eu estou/nós estamos deixando em atraso algumas contas ou compromissos de crédito.
- 44.5 () Eu estou/nós estamos com sérios problemas financeiros, atrasando contas e compromissos de crédito.
- 44.6 () Não possuo/não possuímos contas ou compromissos de crédito.
- 44.7 () Não sei.